

AO JUÍZO DA ____ VARA DE FAMÍLIA, ÓRFÃOS E SUCESSÕES DA CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE XXXXXXXX (local do processo de origem ou residência do menor) - **XXXX**

FULANA DE TAL, menor impúbere, nascida em **XX/XX/XXXX**, CPF nº **XXXXXXXX**, e **FULANA DE TAL**, menor impúbere, nascido em **XX/XX/XXXX**, CPF nº **XXXXXXXX**, filhos de **FULANA DE TAL** e **FULANO DE TAL**, representados pelo genitor, **FULANO DE TAL**, nacionalidade, estado civil, profissão, portador da Cédula de Identidade nº **XXXXXXXX**, emitida pela **XXX/XX**, inscrito no CPF nº **XXXXXXXXXX**, residente e domiciliado na **XXXXXXXX**, **CIDADE** /DF, CEP **XXXXXXXX** telefones: **(XX) XXXXXXXX** (com whatsapp) e endereço eletrônico: **XXXXXXXXXXXX**, vem, por intermédio da **Defensoria Pública do Distrito Federal**, nos termos da legislação, ajuizar

AÇÃO DE REVISÃO DE ALIMENTOS

em face de **FULANA DE TAL**, nacionalidade, estado civil, profissão, CPF nº **XXXXXXXXXX**, RG nº **XXXXX XX/XX**, residente e domiciliado na **XXXXXXXX**, **CIDADE**/DF, CEP **XXXXXXXX** telefones: **(XX) XXXXXXXX** (com whatsapp) e endereço eletrônico: **XXXXXXXXXXXX**, pelos fatos e fundamentos a seguir expostos

1. DADOS DA PARTE REQUERIDA (caso não tenha os dados completos da qualificação do requerido – se tiver, pode apagar o tópico)

Não foi possível à Defensoria Pública incluir, conforme preconizado pelo art. 319, II do NCPC, todos os dados exigidos. Assim, nos termos do § 1.º do mesmo artigo, solicito ao juízo as diligências necessárias para completar a qualificação do requerido.

OU

1. DA BUSCA PELO ENDEREÇO DA REQUERIDA

De início, insta salientar que, em que pese as tentativas do requerente, não foi possível indicar o endereço da requerida.

Sendo assim, caso não seja possível a citação da requerida via *WhatsApp*, nos termos do artigo 319, §1º, do Código de Processo Civil, requer-se a realização das diligências necessárias à obtenção do endereço da requerida para a citação.

2. GRATUIDADE DA JUSTIÇA

A parte autora não possui recursos suficientes para suprir as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios, conforme comprovado (anexos – descrever quais os documentos que irão anexos). Assim, requer a concessão do benefício da gratuidade da justiça, na forma do art. 98 e seguintes do Código de Processo Civil e do art. 5.º, LXXIV da Constituição Federal.

3. AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO

A parte autora manifesta a intenção de realizar a audiência de conciliação visando o melhor interesse do menor, nos termos do art. 319, VII da Lei n.º 13.105/15.

ou

A parte autora declara não ter interesse na realização da audiência de conciliação, nos termos dos art. 319, VII e 334, §5.º da Lei n.º 13.105/15.

4. FATOS

FULANO DE TAL, ora requerido, está obrigado a pagar, a título de prestação alimentícia para **FULANO DE TAL**, ora requerente, o valor mensal de **X% (x por cento) do salário-mínimo**, depositado em conta bancária de titularidade da representante **FULANA DE TAL (BANCO X, Conta-X nº X, Agência X)**, até o dia **X (X)** de cada mês.

A referida obrigação alimentar decorre da sentença judicial proferida nos autos nº **XXXXXXXXXX** ou de Acordo Extrajudicial Reclamação Pré-Processual nº **XXXXXXXXXX**.

Todavia, a contribuição mensal que o requerido presta ao sustento do filho, qual seja, **R\$ X (X por extenso)**, não condiz com a real necessidade do requerente e tão pouco com a possibilidade atual do requerido, tal como se demonstrará abaixo.

(VER QUAIS SITUAÇÕES ABAIXO MELHOR SE ENQUADRAM AO CASO CONCRETO)

(Mudança emprego)

Quando os alimentos foram **fixados/acordados**, o requerido se encontrava desempregado, por isso o cálculo foi realizado com base no salário-mínimo. Atualmente, o requerido encontra-se trabalhando com carteira assinada na empresa **X**, localizada em **XXXXX**, CEP: **XXXXX** e auferir renda de **R\$ X (x por extenso)**.

OU

(Aumento de salário)

Quando os alimentos foram **fixados/acordados**, o requerido recebia **R\$ X(x por extenso)**, após um aumento, os seus rendimentos brutos passaram ser **R\$ X(x por extenso)**. Além disso, caso o requerido passou a receber auxílio para os filhos menores, fornecidos pela empresa do requerido, com desconto em folha de pagamento do requerido, a serem depositados na conta bancária do representante legal das crianças.

Portanto, as condições financeiras do requerido estão melhores do que à época em que fixados os alimentos.

Assim, o Requerente deseja que o percentual mensal dos alimentos seja revisto e fixado no importe **de x% (x por cento) dos rendimentos brutos** que deverão ser depositados, até o dia **X** de cada mês, na **conta bancária da representante do requerente, FULANA DE TAL (BANCO X, Conta-X nº X, Agência X)**.

5. NECESSIDADE DE ALIMENTO

Os requerentes, para viverem com o mínimo de dignidade, possuem as seguintes necessidades básicas mensais:

DESCRIÇÃO	VALOR EM R\$
Educação	R\$
Material Escolar	R\$
Transporte	R\$
Aluguel	R\$
Energia	R\$
Água	R\$
Internet e Televisão	R\$
Alimentação	R\$

Gás	R\$
Higiene/Cuidados Pessoais	R\$
Saúde/medicamentos	R\$
Vestuário	R\$
Lazer	R\$
Total	R\$

O gasto mensal foi estimado em **R\$ XXX (x por extenso)** para as **X crianças**, sendo que **as despesas comuns a todos os moradores da residência foram divididas por X pessoas**, as **X crianças**, (**descrever quem mora casa**), de forma que **o valor final representa a cota parte dos requerentes.**

6. POSSIBILIDADES DO(A) GENITOR(A)

O requerido exerce a profissão de **XXXXX**, na empresa **XXXX** localizada em **XXXX**, CEP **XXXXX**, possui renda fixa com carteira assinada, no valor de **R\$ XXXX,XX (XXXXXX reais)**, conforme contracheques anexos, para sustento seu, de seus **X filhos** e de **X** em todas as despesas básicas, sendo que **não** possui residência **nem** automóvel próprios.

OU

O genitor trabalha informalmente como **XXXXX**, auferindo renda mensal média **R\$ XXX (x por extenso)**, para sustento seu, de seus **X filhos** e de **X** em todas as despesas básicas, sendo que **não** possui residência **nem** automóvel próprios.

Portanto, (o)a representante dos(as) Autores(as) não possui a capacidade de suprir suficientemente suas despesas básicas, de maneira que a qualidade de vida da(s) criança(s) está comprometida.

7. POSSIBILIDADES DO(A) GENITOR(A)

O requerido exerce a profissão de **XXXXX**, na empresa **XXXX** localizada em **XXXX**, CEP **XXXXX**, possui renda fixa com carteira assinada, e estima-se que sua renda mensal seja de aproximadamente **R\$ XXXX,XX (XXXXXX reais)**.

Acrescente-se que a requerida **possui/não possui** outros filhos nem dependentes **e possui casa e automóvel próprio**.

8. FIXAÇÃO DOS ALIMENTOS - NECESSIDADE X POSSIBILIDADE

Os alimentos deverão ser fixados de acordo com as necessidades da autora e as possibilidades do requerido.

Assim, a parte autora requer a fixação dos alimentos no percentual de **X (x por extenso)** dos seus rendimentos brutos, sendo **X% (x por extenso)**, para cada menor, além de deduzidos os descontos obrigatórios (INSS e IRRF), incidentes sobre o 13º salário, as férias e demais verbas remuneratórias, e repasse integral **dos R\$XXX (X por extenso)** de auxílio para filhos menores, fornecidos pela empresa do requerido, com desconto em folha de pagamento do requerido, a serem depositados na conta bancária do representante legal das crianças, **FULANO DE TAL (Banco X, Agência: XXX, Operação, X, Conta Poupança/Corrente nº X, CPF nº XXXXXXXXXX), até o dia x(x) de cada mês**.

Alternativamente, caso a requerida perda o vínculo empregatício, os alimentos deverão ser automaticamente convertidos para **X% (x por extenso)** do salário-mínimo, a ser depositado na conta bancária da representante, **FULANO DE TAL (Banco X, Agência: XXX, Operação, X, Conta Poupança/Corrente nº X, CPF nº XXXXXXXXXX), até o dia x(x) de cada mês**.

9. DIREITO

Quanto à obrigação alimentar, o §1º do art. 1.694, do Código Civil, estabelece que os alimentos devem ser fixados “na proporção das necessidades do reclamante e dos recursos da pessoa obrigada”, o que significa dizer que, o alimentado tem o direito de receber o necessário ao seu desenvolvimento, mas sempre dentro do razoável e com especial atenção à necessidade de quem pede e possibilidade do obrigado.

Certo é que não há nenhum critério absoluto para definir a fixação dos alimentos a serem prestados, mas não se olvida de que deve o magistrado alcançar um equilíbrio, através do qual o alimentando não receberá mais do que precisa, nem o requerido será obrigado a pagar além do que suas condições econômicas permitam, adequando, assim, a prestação alimentar ao quadro real vivenciado pelos envolvidos.

Salienta-se que o Código Civil dispõe, no *caput* do seu art. 1.694, que a pensão alimentícia deve englobar as necessidades para que o alimentado viva de modo compatível com a condição social do alimentando. Desse modo, na mensuração, além das necessidades básicas de habitação, alimentação, vestuário e saúde, inclui-se o mínimo para o lazer, essencial ao desenvolvimento regular e sadio da menor.

Ademais, nos termos do artigo 15 da Lei de Alimentos, a decisão judicial sobre alimentos não transita em julgado, podendo ser revista “a qualquer tempo [...] em face da modificação financeira dos interessados”.

No mesmo sentido, dispõe o artigo 1.699 do Código Civil, *in verbis* **“se, fixados os alimentos, sobrevier mudança na situação financeira de quem os supre, ou na de quem os recebe, poderá o interessado reclamar ao juiz, conforme as circunstâncias, exoneração, redução ou majoração do encargo.”**

10. PEDIDOS

Diante do exposto, requer:

- a) A concessão dos benefícios da justiça gratuita, conforme dispõe o artigo 98 do CPC;
- b) A intimação do Ministério Público, nos termos do art. 698 do CPC;
- c) **A dispensa de realização da audiência de conciliação, nos termos do que dispõe o inciso VII do artigo 319 e o §5.º do artigo 334 do CPC;**

OU

A designação de audiência de conciliação, nos termos do que dispõe o inciso VII do artigo 319 do CPC;

- d) A produção de todos os meios de prova admitidos em direito;
- e) A citação da requerida para comparecer à audiência ou apresentar defesa no prazo legal, sob pena de revelia;
- f) A procedência do pedido, concedendo de forma definitiva a revisão dos alimentos para o importe de **x% (x por cento) de seus rendimentos brutos mensais** que deverão ser depositados, até o dia **x** de cada mês, na conta bancária da representante do requerente, **FULANO DE TAL (Banco X, Agência: XXX, Operação, X, Conta Poupança/Corrente nº X, CPF nº XXXXXXXXXX), até o dia x(x) de cada mês;**
- g) A parte autora informa que **concorda/não concorda** com a realização de audiência on-line e declara que **aceita/não aceita** receber informação via WhatsApp e por e-mail, e que foi orientada a baixar e realizar cadastro no aplicativo microsoft

teams, utilizado pelo TJDFT para realização de audiências virtuais. Considerando que o Juízo intimará as partes para a realização do ato tanto via WhatsApp como por e-mail, seguem os dados para que a intimação seja realizada: **FULANA DE TAL, telefone: (XX) XXXXXXXX, correio eletrônico: XXXXXXXX;**

h) A condenação do requerido ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios a serem revertidos em favor do Fundo de Apoio e Aparelhamento da Defensoria Pública do Distrito Federal — art. 3.º, da Lei Complementar Distrital n.º 908/2016), que deverão ser depositados no BRB Código do Banco 070, Agência 100, Conta nº 013.251-7, PRODEF/DPDF, CHAVE PIX: 09.396.049/0001-80.

Dá-se à causa o valor de **R\$ X (X por extenso) (12 vezes o valor dos alimentos).**

Nesses termos, pede deferimento.

XXXXXX, datado digitalmente.

FULANO DE TAL

Representante dos autores **FULANO DE TAL e FULANA DE TAL**

FULANO DE TAL

Estagiária – Matrícula: **XXXXXX**

FULANO DE TAL

Assessora - DPDF

FULANO DE TAL

DEFENSOR PÚBLICO DO DF